



VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E RESPEITO LINGUÍSTICO E SOCIOCULTURAL NO CAMPO JURÍDICO

Cleide Emília Faye PEDROSA¹
Rita Simone BARBOSA²
Gabriely da Silva LEITE³

RESUMO: O artigo em pauta tem como base a Sociolinguística Laboviana (SL), a partir do recorte de estudos das variações linguísticas diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais). Contudo, acrescentamos que nosso olhar não deixará de incluir influências da perspectiva da Sociolinguística Interacional (SI). Nesses nichos de estudos, podemos trabalhar com relatos de comunidades linguísticas variadas, verificando suas atitudes sociais para com a língua em comum, observando seu olhar para as formas de variação, as causas, as funções e a relação que se estabelece entre esses fatores. No Brasil, identificamos diferenças dialetais não só regionais, mas também sociais. Além do mais, identificamos que, devido ao grande desequilíbrio econômico, há um forte preconceito linguístico que alimenta a crítica dos usuários da língua padrão em relação aos menos favorecidos, inclusive sem formação acadêmica, gerada como consequência das diferenças de recursos financeiros. Como linguistas, aceitamos e defendemos que todas as variedades de nossa língua têm o mesmo valor. No entanto, não somos ingênuas acerca de que há julgamento ou pré-julgamento político e social sobre o falar das pessoas, priorizando-se, assim, a variedade padrão. Obviamente, aspectos históricos têm fortes influências na definição da variedade padrão, mas não se apagam as influências econômicas, políticas e culturais. Com base neste contexto prévio, anunciamos o objetivo deste *paper* qual seja: refletir sobre a apropriação do falar regional pelo usuário de outra variação a fim de estabelecer uma comunicação mais humanizadora e solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística. Variação linguística. Campo jurídico.

¹ Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado Rio de Janeiro (2008); Investigadora Visitante pela Universidade de Lisboa, Portugal (2019-2020). Docente da Universidade Federal de Sergipe, no Departamento de Letras Libras e Programa de Pós-graduação em Letras. E-mail: <cleidepedrosa@academico.ufs.br>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Realizou Doutorado Sanduíche na Ryerson University, Canadá, com bolsa da CAPES – PDSE (Processo N.88881.132108/2016-01). Mestre em Comunicação e Cultura pela Ryerson University and York University (2009). Diplomada em Canadian Journalism for Internationally Trained Writers no Sheridan College – Graduate Programs (2008). Possui licenciatura em Letras Português (1991), Bacharelado em Relações Públicas (1991) e Bacharelado em Jornalismo (1994). É supervisora do Programa Cultura do Sesc Sergipe. E-mail: <ritasimonebr@gmail.com>.

³ Graduanda em Letras Libras. Bolsista voluntária de Iniciação Científica. E-mail: <gabi86182184@academico.ufs.br>.



LINGUISTIC VARIATIONS AND LINGUISTIC AND SOCIOCULTURAL RESPECT
IN THE LEGAL FIELD

ABSTRACT: The article in question is based on Labovian Sociolinguistics (SL), based on studies of diatopic (regional) and diastratic (social) linguistic variations. However, we add that our perspective will not fail to include influences from the perspective of Interactional Sociolinguistics (IS). In these niches of studies, we can work with reports from diverse linguistic communities, verifying their social attitudes towards the common language, observing their view of the forms of variation, the causes, the functions and the relationship that is established between these factors. In Brazil, we identified not only regional but also social dialectal differences. Furthermore, we identified that, due to the great economic imbalance, there is a strong linguistic prejudice that fuels the criticism of users of the standard language in relation to the less favored, including those without academic training, generated as a consequence of the differences in financial resources. As linguists, we accept and defend that all varieties of our language have the same value. However, we are not naive about the political and social judgment or pre-judgment of people's speech, thus prioritizing the standard variety. Obviously, historical aspects have strong influences in the definition of the standard variety, but economic, political and cultural influences cannot be erased. Based on this previous context, we announce the objective of this paper, which is: to reflect on the appropriation of regional speech by the user of another variation in order to establish a more humanizing and supportive communication.

KEYWORDS: Sociolinguistics. Linguistic variation. Legal field.

INTRODUÇÃO

Este artigo se desenvolve com base na Sociolinguística Laboviana (SL), a partir do recorte de estudos das variações linguísticas diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais). O surgimento dessa disciplina atende à demanda de que existe uma relação entre as línguas e as sociedades que as utilizam, ou seja, entre a língua e seus usuários. Contudo, acrescentamos que nosso olhar não deixará de incluir influências da perspectiva da Sociolinguística Interacional (SI).

Para o desenvolvimento dos estudos, sejam eles da SL ou da SI, foi muito necessário o uso de gravador e câmera de vídeo. Com o avanço da tecnologia, as pesquisas com essas bases puderam gerar dados de análise que mapeiam o uso da língua em diversos contextos culturais, sociais, econômicos, políticos etc.

Nesses nichos de estudos, podemos trabalhar com relatos de comunidades linguísticas

várias, verificando suas atitudes sociais para com a língua em comum⁴, observando seu olhar para as formas de variação, as causas, as funções e a relação que se estabelece entre esses fatores.

Neste imenso país que habitamos como cidadãos, reconhecemos as diferenças dialetais não só regionais, mas também sociais. Além do mais, identificamos que, devido ao grande desequilíbrio econômico, há um forte preconceito linguístico que alimenta a crítica dos usuários da língua padrão em relação aos menos favorecidos, inclusive sem formação acadêmica, gerada como consequência das diferenças de recursos financeiros. No dizer de Votre (2004, p. 52), “O modo de comunicação das pessoas desprovidas de prestígios econômico e social tende a ser coletivamente avaliado como estigmatizado”.

Como linguistas, aceitamos e defendemos que todas as variedades de nossa língua têm o mesmo valor. No entanto, não somos ingênuas acerca de que há julgamento ou pré-julgamento político e social sobre o falar das pessoas, priorizando-se, assim, a variedade padrão. Obviamente, aspectos históricos têm fortes influências na definição da variedade padrão, mas não se apagam as influências econômicas, políticas e culturais.

Considerando que, para a Sociolinguística, o valor da variação da língua prioriza que a variação usada atenda às necessidades comunicativas da comunidade linguística, o objetivo deste artigo é refletir sobre a apropriação do falar regional pelo usuário de outra variação a fim de estabelecer uma comunicação mais humanizadora e solidária.

Dividimos este artigo a começar por esta introdução, que contextualiza a importância dos estudos sociolinguísticos; a seguir, apresentamos uma seção sobre o livro *Preconceito Linguístico*, de Marcos Bagno, referência nacional na área de uso da língua; trazemos também um tópico sobre aspectos metodológicos, seguido pela análise e discussão sobre o *corpus* gerado, além de algumas considerações finais.

Ressaltamos que tanto esta introdução quanto as outras seções foram fundamentadas

⁴ Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/29/Idioma29_a05.pdf>;<http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/sociolinguistica_1330351479.pdf>. Acesso em 4 set. 2024>.



em Labov (2007, 2008); Bagno (1999, 2000, 2007); Bortoni-Ricardo (2005); Cavalcante (2011); Ferreira (2024); McCleary (2009); Pedrosa (2009); Votre (2004) e Weinreich, Labov e Herzog (2006). Escolhemos indicar essas referências na introdução a fim de que o texto flua com mais leveza, evitando sobrecarregá-lo com repetições das referências.

SOBRE A OBRA PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O QUE É, COMO SE FAZ

O autor do livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, Marcos Bagno (doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador reconhecido nacional e internacionalmente por seu engajamento com políticas linguísticas) participou, em 14 de março de 2024, de uma entrevista pelos 25 anos da referida obra (<https://www.youtube.com/watch?v=4-N7z2e7R40>) com Caroline Cardoso (doutora e mestre em Linguística). O livro, considerado um best-seller na área da Linguística, apresenta uma marca de 300 mil exemplares vendidos. A entrevista já conta com 1.633 visualizações⁵.

Sob nossa perspectiva, o linguista Marcos Bagno, na obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, abre uma série de clivagens para melhor compreendermos a exclusão social e os múltiplos mecanismos marcadores das normas gramaticais, suas imposições e traços de conservadorismo no ensino da língua, desvelando formas de dissolvê-los.

A obra oferece um mergulho crítico que pode orientar estudantes, professores e pesquisadores das diferentes áreas, principalmente das Letras, Ciências Sociais e Humanas – cuja matéria-prima é constituída muitas vezes pelas vozes de sujeitos silenciados historicamente –, a oxigenarem as formas de lidar com as entrelinhas das narrativas que brotam do chão dos territórios indígenas, quilombolas e extrativistas, por exemplo.

Bagno nos dá pistas, inclusive, para pensarmos formas de transcrição de coleta de dados, já que a língua dos sujeitos excluídos, em sua maioria analfabetos, pode revelar o enunciado

⁵ Acesso em 29 de setembro de 2024.

de palavras que são resultantes da injustiça social, do abismo linguístico (1999, p. 16), fazendo cair por terra citações editadas pelos pesquisadores quando se deparam com encontros consonantais como *pranta*, *praca* e *broco* (1999, p. 40), muito recorrentes na área agrária do país, pois a língua é um tema político, ela é viva e construída por falantes de espaços e culturas distintos.

Sendo assim, não seria exagero afirmar que, assentadas na noção de Bagno, podemos tecer enlaces também epistemológicos a partir das narrativas dos grupos vulneráveis socialmente, respeitando a diversidade, as variações linguísticas e as diferenças socioculturais, sem que isso implique a não observância da dignidade e do respeito dos quais esses cidadãos são merecedores, na medida em que o que está em jogo “[...] é a transformação da sociedade como um todo” (1999, p. 70).

O autor salienta que devemos estar atentos ao fato de que o preconceito linguístico foi se constituindo historicamente também pelo círculo vicioso da injustiça social e pela confusão instalada entre gramática e língua, conceitos bastante distintos, pois a gramática normativa é decorrência da língua e dependente dela. No entanto, passou a ser um instrumento de poder e de controle, uma prática de mutilação cultural, também cravada pelo mito de que o português é uma língua difícil.

Dividida em quatro capítulos, a obra apresenta a mitologia do preconceito linguístico, o círculo vicioso em torno dele, a desconstrução do preconceito e o preconceito contra a linguística e os linguistas. Ainda traz a carta enviada por ele à *Revista Veja*. Por certo, ao lermos o texto de Bagno, mergulhamos em um universo que deságua numa compreensão crítica da formação da sociedade brasileira, com suas contradições próprias, sendo que o preconceito linguístico foi tecido para fortalecer a injustiça social, pois a “[...] norma culta por diversas razões de ordem política, econômica, social, cultural – é algo reservado a poucas pessoas no Brasil” (1999, p. 105).

O autor propõe “[...] a escrita de uma gramática da norma culta brasileira em termos simples (mas não simplistas), claros e precisos, com um objetivo declaradamente didático e pedagógico, que sirva de ferramenta útil e prática para professores, alunos e falantes em geral” (1999, p. 114), o que muito anima os também estudantes e pesquisadores das línguas visuais-espaciais,



como a Libras, já que há paradoxos próprios no ensino da língua portuguesa a estudantes Surdos por todo o país. Seu livro ainda nos dá inúmeras pistas metodológicas e pedagógicas e nos propõe pontos de equilíbrio entre os eixos “da adequabilidade e [...] da aceitabilidade” (1999, p. 129).

Concordamos com o estudioso quando assinala que devemos procurar ver, antes de tudo, em um texto escrito o que seu autor está querendo comunicar: se é coerente, se traz ideias originais, se é ético, se é livre de preconceitos, se reproduz ideias intolerantes, se mostra espírito crítico e criativo, se demonstra senso estético, se comunica sentimentos e ensinamentos e se nos ajuda a pensar, abandonando a arcaica ideia preconceituosa de que alguém que escreve tudo “errado” é um ignorante da língua.

Bagno apresenta ainda um conjunto de referências precisas para nos aprofundarmos nesse debate, contudo, em alguns aspectos, revela certa implicação com as batalhas próprias do meio acadêmico, o que não chega a causar um ruído no fluxo da leitura, mas provoca certos espantos quando revela as críticas de alguns gramáticos, considerados notórios pela imprensa brasileira, a Manuel Bandeira, Carlos Drummond, Chico Buarque e até mesmo Machado de Assis.

Portanto, o esforço de Bagno em transformar sua obra em um instrumento de combate ao preconceito linguístico abre também uma fissura necessária para trilharmos a reconstrução da nossa sociedade, na qual a educação emancipatória e a língua portuguesa sejam instrumentos fortalecedores da democracia, já que educar é “[...] dar voz ao outro, reconhecer seu direito à palavra, encorajá-lo a manifestar-se” (1999, p. 138). Nesse contexto, depois de duas décadas de publicação dessa obra, atualizamos que, para educar, é necessário dar “ouvidos ao outro” (Resende, 2019).

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Quanto ao aspecto metodológico deste *paper*, nos orientamos por um estudo bibliográfico e de descrição sociolinguística (Silva, 2004). No que se refere à geração de dados, nos respaldamos nas redes sociais, mais especificamente no perfil no *Instagram* @drkleitonescritor.



Como objetivo geral, buscamos refletir sobre a apropriação do falar regional por usuários de outra variação a fim de estabelecer uma comunicação mais humanizadora e solidária. Com esse objetivo em pauta, seguimos alguns passos, quais sejam: selecionar dois vídeos aleatórios de audiência pública; resumir o conteúdo desses vídeos; fazer o confronto entre o que foi falado pela testemunha e o que foi legendado e, por fim, tecer alguns comentários acerca do valor de uma comunicação humanizadora com base nos pressupostos de uma relação de respeito e solidariedade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta parte do texto, trazemos um resumo da biografia do Dr. Kleiton Ferreira para logo após indicarmos os dois vídeos que foram descritos segundo explicado na metodologia e, em seguida, traçamos uma reflexão com base na Sociolinguística.

Como introdução aos passos anunciados, apresentamos um resumo da vida e da carreira de Kleiton Ferreira. É de vital importância conhecermos um pouco da trajetória desse juiz a fim de entendermos sua opção por uma interação humanizadora com os agricultores. Nesta pesquisa, trazemos falas do próprio juiz e trechos de matérias divulgadas em algumas mídias indicadas no resumo.

A. RESUMO BIOGRÁFICO DO JUIZ KLEITON FERREIRA

Nascido no “umbigo do mundo” (palavras do próprio Juiz Kleiton Ferreira em um vídeo de apresentação para o Gran Concursos), Kleiton Ferreira, hoje conhecido como Dr. Kleiton, Juiz Kleiton ou Kleiton Escritor, como intitulado em seu *Instagram*, nasceu no município de Arapiraca, no estado de Alagoas. O juiz conta, ainda no mesmo vídeo, o tipo de criação que recebeu de seus pais, uma criação rígida e de muito respeito; por parte de seu pai, era cobrado que o ajudasse em seu comércio. Desde pequeno, Kleiton já acompanhava seu pai até a marcenaria da família. Após ser reprovado no vestibular de Medicina e cursado muito pouco o curso de Biologia, ele, que ainda trabalhava na marcenaria de seu pai e já com dois filhos, decidiu prosseguir construindo a vida através dos estudos, co-



meçando então a preparação para concursos públicos (o juiz inclusive conta que seu primeiro concurso prestado foi o do Banco do Brasil); dessa forma, começou a perceber que boa parte dos concursos exigia um certo conhecimento da área jurídica e achou por bem cursar a faculdade de Direito a fim de estar melhor preparado para os concursos públicos. Sua primeira aprovação veio no concurso dos Correios, que não possuía ligação alguma com a área jurídica. Já estagiando na área, o Juiz Kleiton Ferreira foi aprovado na OAB; passou a advogar e, então, deixou de lado a vida de concurseiro. Percebendo que, em sua cidade, a advocacia não iria levá-lo tão longe, Dr. Kleiton Ferreira resolveu voltar a estudar para os concursos públicos. A aprovação veio em 2019 num concurso para juiz federal. A posse no sonhado cargo veio apenas no dia 5 de novembro de 2020.

Já na carreira de juiz, Dr. Kleiton atuou na cidade de Patos, Paraíba, e hoje atua na 9ª Vara de Justiça Federal na cidade de Própria, estado de Sergipe. Como juiz federal da área tributária atuante em um município do interior, diariamente se depara com trabalhadores agrários que buscam obter acordos, licenças, pensões, aposentadorias e benefícios.

O juiz iniciou seus trabalhos em plena pandemia, quando 100% das audiências aconteciam de forma virtual. Através das telas, o juiz passou a perceber que a tecnologia amedrontava ainda mais os requerentes dos processos, bem como o jurídicuês. Essas foram as bases para a tomada de decisão sobre uma comunicação humanizadora.

Hoje com 1,4 milhões de seguidores, o Juiz Kleiton percebeu que foi através da divulgação de seu trabalho que as pessoas passaram a ter uma ideia diferenciada do jurídico: “Depois dos primeiros vídeos, comecei a ter essa dúvida. E a conclusão a que cheguei é que as pessoas fizeram uma comparação. Depois da pandemia, a rede social descortinou o Judiciário. Foi preciso o Judiciário usar as videoconferências como meio para realizar as audiências, e nessas audiências alguns colegas acabaram ficando em evidência como maus exemplos. A mídia começou a expor, e isso reforçou nas pessoas o estereótipo do juiz sisudo, aquele juiz que usa martelinho, peruca, aquela ideia de que é sério. Quando viram meus vídeos, isso apareceu como um contraste. ‘Existe juiz assim? Nunca imaginamos



que uma audiência pudesse ser assim'. Esse contraste é que acaba causando comoção e fazendo com que o vídeo viralize" (Fala do Dr. Kleiton em entrevista ao site Migalhas em 18 de janeiro de 2024).

Segundo o site Alagoas Notícia Boa (matéria de 7 de outubro de 2023), o primeiro vídeo viral do juiz foi o da teleaudiência com Dona Maria Nair, em que o juiz sensibiliza a todos com comentários descontraídos e gentis sobre os óculos de sol de Dona Maria, que atribui o uso dos óculos a um problema de visão. Para o mesmo site, o juiz fala: "Vindo da advocacia e de um ambiente hostil, eu encontrei na magistratura um local de realização. Isso me deu a oportunidade de trabalhar com leveza e paciência, coisas que se esperam da maioria dos profissionais. Daí que para mim sempre foi normal agir assim. É como se ver no espelho: a gente não se impressiona nunca com a própria imagem. Por isso que não fazia ideia de que meu jeito de conduzir audiências pudesse impressionar os outros".

Também é importante colocar em pauta um vídeo publicado pelo próprio juiz em seu perfil no *Instagram* em que explica a importância da adequação do discurso numa audiência com pessoas provenientes do interior. O juiz intitula o vídeo como "Falando Grego" e nele utiliza um recorte de uma audiência sua na qual, com o requerente já presente, o juiz, uma advogada e a advogada do INSS têm um rápido diálogo carregado de jargões da área do direito tributário. Com poucos segundos de diálogo, o Juiz Kleiton pergunta para o requerente: "O senhor não tá entendendo nada, né?" Os dois começam a rir de forma descontraída, e o juiz completa dizendo que a sensação de ver pessoas da área conversando com jargões deve ser horrível. Ele faz uma breve comparação com o ambiente cirúrgico, onde o diálogo entre dois médicos acerca de uma cirurgia e dos procedimentos cirúrgicos também poderia angustiá-lo, tendo em vista que o juiz não está por dentro dos jargões da área da saúde (vídeo com 3:18 minutos e 5.605 comentários; quantidade de curtidas ocultadas).

O próprio Dr. Kleiton Ferreira nos explica a importância social do falar do "outro". Ele, ao atender agricultores, precisava falar agricultorês a fim de quebrar as barreiras linguísticas e sociais. Sua narrativa de vida, coletada em várias matérias, revela o amadurecimento de um cidadão que optou pelo respeito linguístico num mundo de forte preconceito contra o falar informal. Res-

paldadas em Bagno (1999, 2007), podemos, a partir de narrativas de grupos vulneráveis em situação de audiência, assumir que a mudança de linguajar de jargões jurídicos para o falar do agricultor fez toda a diferença nas audiências. A língua como instrumento de poder e de controle social pode ser transgredida em prol de uma comunicação que valorize o contexto cultural e social dos grupos menos favorecidos – mesmo em situação de formalidade como nas audiências.

B. ESTUDO DOS VÍDEOS

As atividades analíticas com os vídeos corresponderam a resumi-los com o propósito de termos uma contextualização do ocorrido para, em seguida, apontarmos as diferenças entre a fala e a legenda, bem como os recursos linguísticos e extralinguísticos que proporcionaram uma comunicação humanizadora, em que o respeito linguístico prevaleceu num ambiente formal; por fim, selecionamos três comentários de seguidores que corroboram a importância do respeito linguístico e a decisão do juiz de falar uma variação compreensível pelos agricultores.

B1. VÍDEO 1⁶

Figura 1: Frame do vídeo 1



Fonte: Perfil no *Instagram* @drkleitonescritor. Vídeo com 1.3 milhões de visualizações, 7 minutos, 3.899 comentários (quantidade de curtidas ocultas).

⁶ Todas as imagens utilizadas neste artigo são públicas.



RESUMO:

O vídeo traz a audiência em que Dona Normélia é testemunha (tentativa, de acordo com o INSS, para uma amiga de Dona Normélia, de nome não apresentado). O vídeo começa com o advogado perguntando com o que a amiga de Dona Normélia trabalhava; ela dá uma breve explicação de que sua amiga “trabalhou” algum tempo (não relatado o período) na prefeitura (onde seu marido também trabalhava como zelador) e relata o problema desse período de trabalho, ressaltando que nenhum dos dois sabia assinar, portanto acabavam por ser ludibriados (Dona Normélia inclusive ressalta que o marido de sua amiga passou um tempo indo à escola à noite para tentar aprender a assinar o próprio nome). Continuando, Dona Normélia relata que, no atual momento, a amiga trabalhava com plantio (trabalho sempre presente em sua vida), plantando para o consumo da casa e vendendo aquilo que não consumia (vendendo na feira e de porta em porta também) e, inclusive, Dona Normélia afirma que tinha como provar tudo aquilo que estava falando. “Durante a fala, Dona Normélia faz um comentário interessantíssimo, dizendo que todos os presentes na sala (se referindo às autoridades jurídicas) têm um bom salário e como se manter bem e que ela e sua amiga não têm esse benefício”. Nesta ocasião, Dona Normélia se exalta um pouco, falando tudo com o que trabalha para não passar fome; ela é interrompida pelo advogado do INSS (apresentado na legenda na hora da fala), que diz que a testemunha só deve responder se sua amiga trabalha atualmente ou não. Após esse momento acalorado, o Juiz Kleiton interrompe, perguntando quantos anos Dona Normélia tem e se ela já se aposentou. Após essas perguntas, ele faz comentários descontraídos, afirmando que Dona Normélia não precisaria de advogado, pois já é uma advogada! Após o término da sessão, com o acordo aceito, o juiz faz mais um comentário, dizendo para a amiga de Dona Normélia: “A senhora teve uma advogada aqui topada!”, terminando, assim, a sessão de forma descontraída. Ao final do vídeo, o Juiz Kleiton dá uma explicação breve acerca das característi-



cas de uma testemunha em um processo, explicando que uma testemunha não pode ter interesse de causa e aconselhando seu público caso um dia se depare com a mesma situação.

DIFERENÇAS ENTRE FALAS E LEGENDAS. EXEMPLOS:

“Eu digo a verdade mesmo” (fala da Dona Normélia, sem legenda).

“Quem veve” (mais uma fala de Dona Normélia, alterada na legenda para “Quem vive”).

“No que é aleio” (fala de Dona Normélia a respeito da amiga para a qual está testemunhando; Dona Normélia relata que a amiga batalha muito para ter o que é seu e nunca usufruir do que é dos outros; fala alterada na legenda para “No que é alheio”).

“Deus me conseguiu” (fala de Dona Normélia ao explicar ao juiz sobre todas as coisas que conseguiu com ajuda divina, trabalhando na roça; fala alterada na legenda para “Deus me concedeu”).

“Eu não assino, mas meto o dedo” (fala de Dona Normélia para demonstrar confiança na amiga; frase sem legenda).

Analisando as legendas do vídeo 1, podemos ver que, com exceção das frases que não possuem legendas (por algum tipo de erro de edição ou por terem ficado inaudíveis para o editor), as frases e palavras modificadas são sempre a respeito do fenômeno da fala formal. Na obra *Preconceito Linguístico*, de Marcos Bagno, conseguimos enxergar e refletir melhor sobre esse fato através dos mitos números 3 e 4, denominados, respectivamente, “Português é muito difícil” e “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. A ideia que as pessoas têm (inclusive muitos brasileiros) é de que a língua portuguesa é extremamente difícil, levando em consideração toda a gramática normativa que nos é ensinada em ambiente escolar. Bagno afirma (mito número 3, parágrafo 1) que essa afirmação é preconceituosa, já que todo falante nativo de uma língua (parágrafo 2) sabe essa língua. O brasileiro (aquele que nasceu e cresceu em terra brasileira) cresceu com o contato direto com a língua; ele, por incongruências no Ensino Básico ou a depender do contexto social no qual está inserido, pode não saber o uso normativo do português, mas ainda assim sabe

sua língua e consegue utilizá-la adequadamente em contextos sociais.

Correlacionando com o mito número 4, o fato de as palavras ditas no vídeo serem sempre modificadas para sua forma normativa nos liga ao título “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. Bagno (1999, [s.p]) salienta que “[...] qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiência’”.

Modificar a grafia das palavras na legenda levando em consideração que boa parte dos vídeos são de audiências com pessoas vindas de áreas rurais, que fazem uso do português não padrão, representa retirar o direito de usar sua variação, configurando desrespeito linguístico. Assim, deixar as palavras com a grafia da forma como foram ditas seria considerar e exaltar o português não padrão dessas pessoas, pois, mesmo com um português que foge à ordem descrita/denunciada por Bagno (escola-gramática-dicionário), as falas dessas pessoas são carregadas de teor cultural, político e social.

ADAPTAÇÃO DA LINGUAGEM. EXEMPLOS:

“Como testemunha, a senhora tem que falar a verdade, viu?”

Essa foi uma fala descontraída do juiz a fim de deixar a testemunha mais à vontade no ambiente. Nota-se o uso do termo “viu”, muito comum pelos nordestinos – principalmente dos estados de Sergipe e Bahia –, para deixar a testemunha ainda mais confortável.

“Pode contratar ela como advogada, viu?”

“A senhora não precisa de advogado, não, a senhora já é advogada!”

Essas falas do juiz se dirigiram à senhora que estava solicitando o acordo e também à testemunha. Ao ver a desenvoltura da testemunha, o juiz a parabeniza, virando para sua amiga e lhe dizendo que Dona Normélia poderia ser sua advogada; há risos por parte das duas no momento.



“Se eu fosse, eu ganhava todas as questões!”

Essa foi a resposta de Dona Normélia, a testemunha, ao comentário do juiz sobre a desenvoltura dela na audiência.

“Pode trazer 50 folhas, eu não assino, não, mas meto o dedo.”

Mais uma fala da testemunha. Através dessa fala, conseguimos identificar a confiança que a testemunha impõe em sua amiga, mas também como a dificuldade na alfabetização básica – ato de não conseguir assinar – não a impede de fazer justiça em prol da amiga.

“A senhora teve uma advogada aqui topada!”

Mais um comentário do juiz, que, mais uma vez, faz uso de um termo usual e conhecido na região para deixar o ambiente confortável e descontraído a partir de uma comunicação solidária, colocando-se no lugar do outro.

Durante a audiência, o juiz faz uso de termos comuns no cotidiano dos presentes para fazer com que o ambiente jurídico não os amedronte, deixando assim todos confortáveis para falar de forma aberta sobre aquilo pelo que estão lutando ou testemunhando.

O juiz, em nenhum momento, faz uso da linguagem das pessoas de forma caricata (como citado por Bagno em relação às produções cinematográficas). O juiz faz essas trocas linguísticas de forma cautelosa para que o resultado seja sempre o melhor. É possível saber que essa estratégia é adotada apenas em audiências porque, ao final das gravações das audiências, sempre há um pronunciamento explicativo dele. Nesse pronunciamento, pode-se perceber que seu uso da língua muda (mas continua a usar uma linguagem acessível tendo em vista que os vídeos são publicados em rede social).



Ainda sobre esse vídeo, destacamos a consciência de injustiça social evidenciada no resumo. A testemunha aponta para a diferença salarial entre os lutadores do campo e o bom salário do trabalho burocrático, numa demonstração de conhecimento das injustiças sociais vivenciadas em sua vida e de seus pares:

“Durante a fala, Dona Normélia faz um comentário interessantíssimo, dizendo que todos os presentes na sala (se referindo às autoridades jurídicas) têm um bom salário e como se manter bem e que ela e sua amiga não têm esse benefício.”

Por fim, apontaremos alguns comentários dos seguidores que corroboram a escolha linguística do juiz.

COMENTÁRIOS DA PUBLICAÇÃO:

1° comentário: @ronaldmichel_adv: “Testemunha quase põe tudo a perder, pelo visto o Dr iria desconsiderar ela 😂”

Por mais que não tenhamos embasamento da área jurídica, discordamos do comentário feito na publicação. O dono do comentário, ao ser questionado, responde dizendo que “testemunha não pode ter interesse na causa”. Na nossa visão, o Juiz Kleiton compreendeu isso, mas também levou em conta o contexto social da testemunha (que estava numa posição de preocupação e responsabilidade). Ele faz diversos comentários sobre ela, inclusive que seria uma ótima advogada.

2° comentário: @adv_dayanecosta: “Ela já tá vendendo curso de oratória? Onde compramos?”

O comentário da advogada foi descontraído e super pertinente. Mostrou que a testemunha se saiu bem e que a audiência foi dentro do esperado.

3º comentário: @alexmarcosoficial: “Isso não é um juiz É UM PRESIDENTE.”

Comentário acerca da posição tomada pelo juiz dentro da audiência, exaltando sua paciência e a forma inteligente de conduzir o momento.

Os comentários escolhidos acentuam a importância de uma comunicação mais humanizadora, enfatizando e elogiando a escolha linguística do juiz ao preferir se comunicar através das variações linguísticas diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais).

B2. VÍDEO 2

Figura 2: Frame do vídeo 2



Fonte: Perfil no *Instagram* @drkleitonescritor. Vídeo com 1.3 milhões de visualizações, 4.851 comentários e 4:39 minutos (quantidade de curtidas ocultas).



RESUMO:

A gravação se inicia, aparentemente, já no final da sessão, com o Juiz Kleiton conversando com Seu Jânio, requerente do processo. O juiz diz para Seu Jânio que este acabou de receber um acordo para prosseguir com sua aposentadoria e pergunta se ele irá procurar algum tipo de tratamento para parar de beber. Seu Jânio responde que procurará sim; o juiz então relembra uma outra audiência com Seu Jânio em que ele estava embriagado (o juiz faz a ressalva de que Seu Jânio estava “biritado”). O Juiz Kleiton se mostra preocupado com a situação de Seu Jânio, porém, este responde que seu benefício será recebido por “seu menino” (alusão ao filho). O juiz chama à sala o filho de Seu Jânio, que também demonstra a mesma preocupação que o juiz. Por fim, o Juiz Kleiton pede, num tom descontraído, que Seu Jânio fale na gravação que irá parar de beber e que esse será seu compromisso com o Brasil. A audiência (e também sua gravação) acaba de forma muito descontraída, com o juiz recomendando a Seu Jânio procurar a igreja e parar de beber. Nesta gravação, não há explanação do Juiz Kleiton no final (como ocorre na maioria de seus vídeos).

DIFERENÇAS ENTRE FALAS E LEGENDAS. EXEMPLOS:

“Se aposentar” (a legenda transcreveu como “Se apresentar”).

“Jânio Domingo Santos” (momento em que o senhor diz seu nome completo a pedido; a legenda capta apenas o primeiro nome).

“Vou olhar” (momento em que o juiz chama à sala o filho de Seu Jânio pedindo para que o filho esteja sempre acompanhando o pai para que este não gaste o dinheiro da aposentadoria com bebidas; a legenda troca por “Vou fiscalizar”).

Analisando a legenda desse vídeo, não encontramos tantas modificações de palavras (a legenda se aproxima do captado no áudio). No entanto, as trocas ocorridas acabaram modifican-



do o contexto do que foi dito, como observado, no primeiro caso, para “apresentar”, tirando o que foi dito totalmente de contexto. Já no terceiro, a legenda troca para o verbo “fiscalizar”, que significa “observar atentamente; examinar, verificar” (conceito retirado de Oxford Languages). Nesse vídeo, a linguagem não padrão (não tão presente quanto no primeiro vídeo) é respeitada, mas a tentativa de troca do “Vou olhar” por um possível sinônimo deu um outro sentido à fala do filho de Seu Jânio.

ADAPTAÇÃO DA LINGUAGEM. EXEMPLOS:

“O senhor veio biritado.”

A palavra utilizada, em um contexto jurídico, poderia ser “embriagado”, porém o juiz escolhe o termo “biritado” para assim ser melhor compreendido por Seu Jânio, aproximando-se deste com um termo da região.

“O senhor não pode sair, não.”

O juiz instrui Seu Jânio de forma cautelosa, pois relaciona as saídas dele com oportunidades para gastar dinheiro com bebida.

“O senhor gosta de tomar uma, é?”

Mais uma vez, um uso de linguagem informal, deixando Seu Jânio mais confortável com o ambiente, inclusive perguntando o que ele bebe com mais frequência. A relação entre língua e vida social traz mais aproximação com as questões debatidas.

“Opa!”

O juiz faz um cumprimento informal ao filho de Seu Jânio, que é chamado à sala pelo próprio juiz para confirmar uma história. Esse cumprimento, certamente, não é usual em uma audiência.



“O senhor é que nem uma carreta desgovernada.”

Mais um uso de linguagem informal e metafórica para alertar Seu Jânio, dizendo que este não sabe controlar o consumo de bebida. A metáfora reforça o alerta do juiz, considerando a responsabilidade social ao receber o benefício.

“Em nome de Jesus, vá pra igreja!”

Frase dita pelo juiz em tom de descontração a fim de fazer com que Seu Jânio largue o vício em bebida.

“O senhor jura na frente de todo o Brasil? Isso aqui vai pra internet, viu?”

Mais uma fala do Juiz Kleiton a fim de fazer com que Seu Jânio largue a bebida.

O vídeo trata de uma concessão de aposentadoria. Além de se preocupar com o futuro de Seu Jânio (infelizmente ainda preso ao vício da bebida), o Juiz Kleiton faz uso de uma linguagem informal para deixar o senhor mais à vontade e também fazer com este entendesse tudo o que estava sendo dito na audiência. A visão de que o “português é muito difícil” (mito nº 3) pode vir até do que o brasileiro vê ao ligar sua TV no canal da TV Senado, por exemplo, em que é utilizado o português em sua forma mais culta. Atitudes como essas distanciam o brasileiro de informações sérias e necessárias acerca de seu próprio país. Tomadas de decisão linguística como a do Juiz Kleiton Ferreira desmistificam essa afirmação, mostrando que, mesmo em ambiente jurídico, é possível ser empático com quem ali está, fazendo uso do português não padrão e também de metáforas do cotidiano com o objetivo de humanizar a comunicação.

COMENTÁRIOS DA PUBLICAÇÃO:

1º comentário: @janeberttier: “Esse juiz veio para quebra de paradigmas!!! Ele tem o talento



nato em ter autoridade, mas o autoritarismo passa léguas de distância! 😊

O comentário mostra a aceitação do público quanto à posição do Juiz Kleiton, que, mesmo tendo o poder e o repertório para agir de forma diferente, fazendo uso de uma linguagem rebuscada e difícil, escolhe estar ao lado das pessoas que chegam às audiências, dia após dia, não permitindo que a comunicação seja uma barreira.

2° comentário: @damaresalvesofical1: “Fantástico! Mais uma lição de respeito e garantia de direitos.”

O comentário da ex-Ministra da Família, Damares Alves, deixa explícito que, além do respeito estabelecido pelo juiz, sua forma de agir (como também todos os trâmites que não aparecem em vídeo) garantem os direitos desses cidadãos (no caso desse vídeo, a aposentadoria de Seu Jânio).

3° comentário: @elizangela_amorim_: “A responsabilidade social da nossa profissão como operadores do direito.”

Pelo comentário, subentende-se que se trata da fala de alguém que também é da área do Direito. A senhora Elizangela coloca o que é desempenhado pela classe como uma “responsabilidade social”. E é justamente isso que é mostrado pelo Juiz Kleiton. Além do conhecimento das leis, ele demonstra uma empatia e uma responsabilidade gigantescas com as pessoas que entram em sua sala, tendo o cuidado de adaptar sua linguagem para se fazer entendido e vencer as barreiras de uma gramática normativa a que esses agricultores não tiveram acesso.

CONCLUSÃO

Muito se destacam os trabalhos de língua em contato; contudo, não temos o levantamento de variações linguísticas em contato e, especialmente, o de usuários de jargões específi-



cos, como o juridiquês⁷. Então o ato de buscar se apropriar da variação linguística mais informal e regional a fim de estabelecer uma comunicação solidária é uma postura de política linguística, pois sabemos que é comum, nas audiências, um falar técnico, rebuscado, o que se nota, por exemplo, com o uso exarcebado do latim.

Louvamos a atitude do Juiz Kleiton Ferreira, que põe em prática o que todos os advogados e juízes deveriam fazer. Destacamos, nesse âmbito, o lançamento, em dezembro de 2023, do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples⁸, que foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre suas orientações constam literalmente:

* SEU OBJETIVO: adotar linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade (Brasil, 2023, p. 2).

* COMPROMISSOS DA MAGISTRATURA (elencamos alguns): a. eliminar termos excessivamente formais e dispensáveis à compreensão do conteúdo a ser transmitido; c. explicar, sempre que possível, o impacto da decisão ou do julgamento na vida de cada pessoa e da sociedade brasileira; g. utilizar linguagem acessível à pessoa com deficiência (Libras, audiodescrição e outras) e respeitosa à dignidade de toda a sociedade (Brasil, 2023, p. 4).

Somos adeptas do entendimento de que essas posturas devem ser seguidas por todos os profissionais de todos os campos de ação da sociedade, a começar pelos professores da rede básica, principalmente os que trabalham com alunos e alunas da área rural e de classes sociais com menos privilégios (até os linguísticos).

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁷ Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/24032024-STJ-na-luta-contra-o-juridiques-e-por-uma-comunicacao-mais-eficiente-com-a-sociedade.aspx>. Acesso em: 4 set. 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.



BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 186 p. ISBN: 85-15-01889-6. Disponível em: <https://escrevivencia.wordpress.com/2014/03/06/preconceito-linguistico/>. Acesso em: 19 set. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós cheguem na escola e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. *Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples*. CNJ. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

CARVALHO, Severino. Kleiton Ferreira, o magistrado alagoano que desmanchou o estereótipo do juiz sisudo. *Alagoas Notícia Boa*, 07/10/2013. Disponível em: <https://alnb.com.br/brasil/kleiton-ferreira-o-magistrado-alagoano-que-desmanchou-o-estereotipo-do-juiz-sisudo/>. Acesso em: 20 set. 2024.

CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. Sociolinguística. In: FARIA, Evangelina Maria Brito de; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra (Orgs.). *Língua Portuguesa e Libras: teoria e práticas*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011, v. 3. p. 239-281.

EXTRA PROPRIÁ. *Juiz federal e escritor que adotou Propriá como lar, Kleiton Ferreira, lança livro*. Publicado em 11 mar. 2024. Disponível em: <https://extrapropria.com.br/juiz-federal-e-escritor-que-adotou-propria-como-lar-kleiton-ferreira-lanca-livro/>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, Kleiton. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kleitonescritor?igsh=dGR6bTZqd2h1Nmt0>. Acesso em: 19 set. 2024.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, ago. 2007. Tradução de Gabrielde Ávila Othero. ISSN 1678-8931. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_9_entrevista_labov.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.



MCCLEARY, Leland. *Sociolinguística*. Material produzido para a EAD da UFSC, curso de Letras Libras, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sociolinguistica/assets/547/TEXTO-BASE_Sociolinguistica.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

MIGALHAS QUENTES. *Juiz viraliza por abordagem empática em audiências; veja entrevista*. Publicado em 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/400521/juiz-viraliza-por-abordagem-empatica-em-audiencias-veja-entrevista>. Acesso em: 20 set. 2024.

OXFORD LANGUAGES. Conceito de “Fiscalizar”. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 set. 2024.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Linguística*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

RESENDE, Viviane. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2019. p. 19-46.

SANTOS, Renata Lívia de Araújo. A metodologia da pesquisa em sociolinguística variacionista. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 97, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7098/4146>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Coleta de Dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004. p.117-134.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-58.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.



ANEXO: Imagens das matérias citadas



Vídeo retirado do perfil no *Instagram* do Juiz Kleiton. Vídeo intitulado “Falando Grego”. Vídeo de 23 de agosto de 2024, com 5.605 comentários e quantidade de curtidas ocultas. Vídeo com 3:17min.



Vídeo de apresentação do Juiz Kleiton em colaboração com a plataforma *Insagra*



Aceito: Dezembro de 2024.